



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES



editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho **Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação**

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito Ambiental

Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA

Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima

Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formataadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto	Emilly Victória Batista do Santos
Rodrigues	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	João Victor Osvaldo Souza
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Adv. Katrine Castro Sarmento	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Lucia Helena Santana	Nilvana Linhares Fernandes
Ferreira	Nycolas Matos Carvalho
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo	Pedro Luís da Silva Teles
Lima	Rafael Mousinho do Amaral
Ana Clara Sarmento Cabral	Rebeca de Lima Nogueira
Andria da Costa Pereira	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**O MODELO CANADENSE DE MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA:
NEOEXTRATIVISMO, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E A RESPOSTA DO
CONSTITUCIONALISMO SOCIOAMBIENTAL**

*THE CANADIAN MINING MODEL IN THE AMAZON: NEO-EXTRACTIVISM, RIGHTS
VIOLATIONS AND THE RESPONSE OF SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSTITUTIONALISM*

**Cristine Luciana de Souza Rescarolli ¹
Pablo Ítalo Batista Cunha ²**

INTRODUÇÃO

A expansão da mineração neoextrativista na Amazônia (Gudynas, 2015; Svampa, 2013), impulsionada pelo modelo canadense (Sacher, 2010), colide com o pacto socioambiental da Constituição de 1988. Este modelo, baseado na aliança entre Estado e capital transnacional, externaliza custos socioambientais e maximiza lucros no Norte Global à custa da devastação no Sul. Tal lógica de "*zonas de sacrificio*" (Mbembe, 2018) viola diretamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Art. 225) e os direitos territoriais indígenas (Art. 231) (BRASIL, 1988).

1. JUSTIFICATIVA

A relevância do trabalho se dá nas dimensões acadêmica, ao aprofundar a crítica sobre modelos de exploração na Amazônia; científica, ao dissecar as estruturas do neoextrativismo e propor novos conceitos; e social, ao investigar violações de direitos e fornecer subsídios para a defesa das comunidades locais.

2. OBJETIVOS

2.1.OBJETIVO GERAL

Analisar o modelo canadense de mineração como um vetor paradigmático do neoextrativismo global, demonstrando sua incompatibilidade estrutural com o pacto

¹ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil – *e-mail*: cristine.rescarolli@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6238211612465443>.

² Universidade do Estado do Amazonas – Graduação em Direito – *e-mail*: pibc.dir@uea.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1417398151295448>.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

socioambiental consagrado na Constituição Federal de 1988.

2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desconstruir a racionalidade neoextrativista e sua arquitetura de impunidade, que opera pela externalização de custos e desterritorialização da responsabilidade.
- b) Examinar, a partir de estudos de caso na Amazônia, como este modelo produz violações sistemáticas de direitos fundamentais.
- c) Explorar as vias de responsabilização no direito brasileiro e na justiça global, com destaque para a tese do dano existencial coletivo e o debate sobre um Tratado Vinculante da ONU

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

O problema de pesquisa questiona como o modelo de mineração canadense na Amazônia colide com o pacto socioambiental da Constituição de 1988 e quais as respostas jurídicas possíveis para esse conflito. Parte-se da hipótese de que as violações de direitos são inerentes a esse modelo, que opera pela externalização de riscos. Deste modo, a solução exige uma resposta jurídica que combine a responsabilização no plano interno, com a aplicação de teses como a do dano existencial coletivo, com a busca por mecanismos de justiça global

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, buscando compreender em profundidade a complexidade do modelo canadense de mineração na Amazônia e suas implicações sociojurídicas, com foco na interpretação de significados e contextos. O método utilizado envolveu pesquisa de natureza bibliográfica e documental, complementada por estudo de caso. Para a coleta e análise dos dados, empregou-se a documentação indireta, a partir de fontes como artigos científicos, livros, relatórios e documentos oficiais. A análise dos dados foi qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo para interpretar o material coletado

5. RESULTADOS

Os resultados apontam que o modelo neoextrativista opera por uma lógica de

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

externalização de custos socioambientais (Gudynas, 2015), incompatível com a Constituição Brasileira de 1988. Constatou-se que o Canadá sustenta uma arquitetura de impunidade, baseada em leis permissivas e apoio estatal, que desterritorializa a responsabilidade das empresas (Sacher, 2010; HOMA, 2016). A análise dos casos da Belo Sun (PA) (Neto, 2020), Equinox Gold (MA) (Leite, 2021) e Potássio do Brasil (AM) (FIOCRUZ, 2018) revelou como essa estrutura causa violações sistemáticas, como ameaças a rios, contaminação da água e risco de despejos forçados de povos indígenas. Por fim, o estudo explora vias de responsabilização, destacando a robustez da legislação brasileira (Mirra, 2015) e propondo a aplicação da tese do *dano existencial coletivo* para reparar danos a povos tradicionais (Rampazzo, 2021), além de apontar para a busca por justiça global (ONU, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o modelo de mineração canadense é estruturalmente incompatível com a Constituição de 1988, pois suas violações são um resultado lógico do seu sistema. A resposta jurídica deve ser multifacetada, combinando a responsabilização interna, com teses como o dano existencial coletivo, e a pressão por justiça no plano global, através de um Tratado Vinculante da ONU.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 set. 2025.
- FIOCRUZ. Povo indígena Mura é ameaçado por projeto de mineração da Potássio do Brasil enquanto espera pela demarcação oficial de suas terras tradicionais. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**, 28 set. 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/am-indios-mura-aguardam-demarcacao-oficial-de-suas-terras/>. Acesso em: 8 set. 2025.
- GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: Ecología, economía y política de um modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB, 2015.
- HOMA – CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS. **As obrigações dos Estados de origem: suas obrigações extraterritoriais nas violações de direitos humanos por corporações transnacionais**. Juiz de Fora: Homa, 2016.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

LEITE, Maurício. Barragem de mineradora canadense afeta a vida de milhares de pessoas no Maranhão. *Mongabay*, 5 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/05/barragem-de-mineradora-canadense-afeta-a-vida-de-milhares-de-pessoas-no-maranhao/>. Acesso em: 8 set. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. A responsabilidade civil por dano ambiental na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. *Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura*, v. 16, n. 40, p. 39-64, 2015.

NETO, Lira. Batalha judicial tenta impedir mineradora canadense Belo Sun de explorar ouro em terras indígenas no Brasil. *Mongabay*, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/03/batalha-judicial-tenta-impedir-mineradora-canadense-belo-sun-de-explorar-ouro-em-terras-indigenas-no-brasil/>. Acesso em: 8 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conselho de Direitos Humanos.

Resolução 26/9, de 26 de junho de 2014. Genebra: ONU, 2014.

RAMPAZZO, Flaviana. **O que é dano existencial e como identificar na prática?** *Projuris*, 2021. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/dano-existencial/>. Acesso em: 8 set. 2025.

SACHER, William. El modelo minero canadiense: saqueo e impunidad institucionalizados. *Acta Sociológica*, n. 53, p. 13-38, 2010.

SVAMPA, Maristela. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, p. 30-46, 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Neoextrativismo; Mineração Canadense; Direitos Fundamentais; Amazônia; Dano Existencial Coletivo.

KEY WORDS: *Neo-extractivism; Canadian Mining; Fundamental Rights; Amazon; Collective Existential Harm.*